

UMA mesma diferente imagem: que objeto é esse?

A same different image: what object is this?

Aracy Ernst-Pereira *

Marchiori Quadrado de Quevedo **

RESUMO: A partir de uma foto da agência Reuters a respeito do bombardeio aliado à Líbia, e da maciça reprodução dessa foto nas capas de jornais de vários países do mundo, este artigo visa a refletir acerca do estatuto da imagem na Análise de Discurso de linha francesa. Para isso, vale-se das pistas do excesso e do estranhamento, com as quais o analista pode, na construção do seu arquivo, restaurar o que Pêcheux (1982) definia como o espaço polêmico das diferentes maneiras de ler (ver). Nesse trabalho analítico, pensamos estar convocado o lugar não apenas do sujeito histórico de um discurso, mas também o lugar do próprio analista.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Imagem. Leitura.

ABSTRACT: From the analysis of an Reuters press' picture on the strike air in Lybia, and massive reproduction of this photo on the covers of newspapers from various countries of the world, this article seeks to reflect on the status of the image in French Discourse Analysis. For this, the article uses the clues of excess and strangeness with which the analyst can, in building their archive, restore what Pêcheux (1982) defined as the controversial space of different ways to read (see). In this analytical work, the place of the historical subject of a speech and also the place of the analyst are called.

KEYWORDS: Discourse. Image. Reading.

* Vinculada ao Programa de Pós-Graduação UCPel. Email: aracyep@terra.com.br

** Doutorando em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e professor EBTT (ensino básico, técnico e tecnológico) do Instituto Federal Sul-rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSul). E-mail: marchioriquevedo@gmail.com

Das considerações iniciais à imagem como objeto em AD

Quando se fala no senso comum em *imagens*, a discussão parece estar restrita a duas espécies: as imagens que vemos mediante um artefacto cultural (uma foto, por exemplo), e as que se produzem no nosso pensamento (a imagem que temos do brasileiro, por exemplo). Se as segundas nos parecem bem contempladas na teoria da AD, a partir do conceito de *formações imaginárias*¹ – uma vez que a imagem de brasileiro é um imaginário heteróclito cuja cada divisão objetiva é facilmente relacionada a uma posição-sujeito que a avalia –, nas primeiras parece-nos ressoar qualquer resquício de neopositivismo.

Isso nos parece bastante evidente quando se considera que a imagem que vemos a partir de um dispositivo textual (uma foto, por exemplo) é fruto de um, como diria Pêcheux (1995), *consenso intersubjetivo*. Isto é, todos veríamos a mesma imagem, embora produzamos *leituras* diferentes. Antes mesmo de discutirmos um gesto de interpretação de uma foto jornalística (e de sua reprodução em veículos de mídia do mundo inteiro), nosso objetivo é problematizarmos a partir das seguintes perguntas: de fato, vemos a *mesma imagem*? Admiti-lo não seria o mesmo que assumir, no que tange ao visual, o pressuposto de transparência que negamos à escrita?

Para tal discussão, recorreremos à reflexão de Quevedo (2012), a partir da qual diferenciamos a imagem concreta, objeto de trocas sociais (fotografias, charges, ilustrações, pinturas etc.) – que chamamos imagem-OE (imagem-objeto empírico) – e a imagem historicamente significada, produzida pelo nosso olhar a partir dessa imagem empírica. Admitido esse ponto, consideramos rechaçado o mal disfarçado pressuposto neopositivista de uma imagem neutra anterior à divisão do trabalho de leitura, à qual se sobreporiam opacidades temporãs. O pressuposto de que partimos aqui é de uma divisão radicalmente

¹ O conceito de *formações imaginárias* relaciona-se aos lugares de uma dada formação social que determinam a imagem que o sujeito atribui a si e ao outro, a imagem que faz de seu próprio lugar e do lugar do outro. (cf. PÊCHEUX, 1990)

constitutiva, realmente inscrita na objetividade material contraditória de todo produto do discurso (como o são as imagens), e de uma assunção da opacidade material que pretira, sob a alegação do consenso, a admissão de uma posição interpretativa.

Dito isso, cumpre observar que, quando vemos todos a mesma imagem (a foto de um automóvel, por exemplo), o consenso não está na existência do objeto fora do discurso (um humano sem contato com a “civilização” poderia ver outra coisa ou simplesmente não vê-lo). Está sim no nosso olhar, como gesto de interpretação que alude, na condição de objeto teórico da AD, não a um ato do indivíduo, mas a uma prática de significação e a um sujeito inscritos na história.

Assim sendo, o gesto de olhar – e mesmo o anterior, o de ver – é fundamentalmente um trabalho de leitura e, como tal, é realizado sempre por um sujeito histórico, atualizado no sujeito empírico/indivíduo, a partir de uma dada posição de interpretação e sob dadas condições de produção. Essa leitura mobiliza uma memória discursiva, a qual incide em um dado feixe de representações do Imaginário. Conforme Pêcheux, a memória discursiva é o que,

face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p. 52).

A imagem não apenas funciona, conforme afirma Pêcheux, como “um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (1999, p. 51), mas também como uma materialidade a ser *desopacizada* mediante um investimento de significação, que Mariani chamou um “trabalho de leitura” (*apud* FONSECA, 2008, p. 6).

No sintagma utilizado pela autora, reverbera a posição materialista, a partir da qual a palavra *trabalho* remonta à (re)produção/transformação de um Imaginário. Nesse ponto, a positiva ambiguidade de *imagem* se nos revela

produtiva, visto que assumem um só corpo material, na casa de espelhos de sua equivocidade, a imagem como objeto empírico, a imagem como leitura e a imagem como representação simbólica.

Assim sendo, não pode(ria) ser nosso objeto analítico a imagem empírica, produto das trocas sociais, sob pena de adentrarmos áreas outras. Essa importa às ciências da forma ou à sociologia, por exemplo. Em uma perspectiva discursiva, parece-nos importar a materialidade (no caso, visual) do sentido, para o que concorre nosso gesto de análise a partir de procedimentos que interpretem a relação do sujeito, leitor ou analista, com a imagem como acontecimento a ser lido (visto). O que doravante chamaremos imagem é, incontornavelmente, um trabalho/investimento de significação sempre sobreposto à imagem-OE.

Tendo por escopo justamente esse investimento significante, o dispositivo teórico-analítico deve atravessar a imagem em sua opacidade historicizad(or)a, reparando-a² em seu trajeto de leitura; na memória em que se estabelece para aquela imagem-texto a condição do legível (visível) em relação ao próprio legível (visível). Resta assim inadmissível postular que todos vejamos a mesma imagem em lugar de considerar que, algumas ou muitas vezes, estamos todos sujeitos ao mesmo trabalho de leitura. Somos atualizações, em forte relação parafrástica, de uma forma-sujeito histórica.

A imagem empírica é, para a imagem, não só esse objeto de troca social senão também o produto de uma operação de textualização, a qual, como recordamos a partir de Orlandi (2005), é condição *sine qua non* para a circulação dos discursos. Malgrado, em seu âmbito discursivo, a imagem seja tecida em sua opacidade e equivocidade pelo apagamento das suas condições de produção, a imagem na condição de um efeito-texto submete-se aos mesmos efeitos a que se submete o texto verbal. Assim, também a imagem se nos apresenta sob o efeito de completude, de fechamento, de coerência, de transparência, de inequivocidade etc.

² Reparar, em oposição a ver e a olhar, conforme desenvolvido em Quevedo (2012).

Gerada e gerida discursivamente, devemos admitir que o que a imagem “mostra”, o seu “visível”, não lhe é intrínseco, mas sim (sobre)determinado pela formação discursiva a partir da qual o sujeito histórico a produz. Se a Formação Discursiva (FD) “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), por extensão devemos admitir que ela também determina o que pode e deve ser visto, e isso só significa pelo confronto com a presença-ausente do que ali não está, do que não pode ser visto. O que vemos funciona por aquilo que concorda com o que podemos ver, por aquilo que opõe ao que não podemos e por aquilo em cujo lugar está.

Longe de ser um enquadramento consensual ou mesmo pacífico do olhar, uma imagem é produzida, antes de mais nada, a partir da projeção em um suporte textual de um olhar sobredeterminado, que busca administrar (ainda que em um processo falível) – a um outro olhar, outro sujeito –, essa tensa zona de (in)visibilidades. O que entendemos próprio ao dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso – e aquilo a que nos propomos neste trabalho – é produzir um gesto de análise que objetive desnaturalizar a superposição da imagem à imagem-OE, desacomodando assim esse jogo de sentidos.

A concepção de imagem aqui desenvolvida nos parece atender aos princípios da Análise de Discurso uma vez que convoca o sujeito (em sua acepção histórica, discursiva) à produção da imagem, à medida que ele é dela radicalmente constitutivo. Se, em termos empíricos ou nos alhures teóricos, podemos postular um sujeito individual ou social que recebe uma imagem, não nos parece ser este o objeto da análise de discurso. A imagem nunca é exterior ao sujeito, mas sim a materialidade de um jogo de sentidos entre os lugares dos sujeitos colocados em A e em B, o produto discursivo de uma relação de forças entre esses lugares.

Para tanto, buscaremos, a partir de uma foto jornalística e de sua reprodução em jornais do mundo inteiro, analisar-lhe a materialidade, construindo o dispositivo teórico-analítico a partir da Análise de Discurso, para virmos a ocupar uma outra posição de leitura que não a prevista/determinada

pelo sujeito produtor. Pretendemos, dessarte, reconhecer o gesto de interpretação administrado a partir do lugar que enuncia na posição de produtor da foto, mas não nele estacionar. Nosso objetivo maior é o de produzir um outro gesto de interpretação; um outro jogo de visibilidades. Uma outra possibilidade de significação que esse objeto textual, por meio de nosso dispositivo de interpretação, suporta.

Uma mesma diferente imagem – do objeto à análise



Figura 1 - Foto da Agência Reuters

Por meio dessa foto³, o fotógrafo Goran Tomasevic, graças à sua perspicácia e também à sua coragem, produziu um registro de um dos combates em solo líbio na revolta contra o presidente Muamar Gaddafi. No dia seguinte, esse “momento preciso”, como o designou a Agência Reuters, foi reproduzido em uma série de páginas do jornalismo impresso em todo o mundo. A seguir, apresentamos uma montagem feita com estas capas de jornal e revista.

³ Disponível em:

<<http://noticias.r7.com/brasil/fotos/veja-as-principais-imagens-da-semana-20110320-18.html>>
Acesso em: 20 mar.2013



Figura 2 - Montagem de capas de jornais⁴

⁴ Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/photo/2011/03/23/libya-goran-and-the-photo-that-went-around-the-world/>> Acesso em: 26 out. 2011.

Na montagem feita pela agência Reuters, dado o grande número de capas de jornais que a compõem, a visualização de cada fotografia resta prejudicada. Em virtude disso, a seguir apresentamos seis recortes feitos por nós dessa montagem que possibilitam maior atenção aos detalhes.











Figura 3 – recortes nossos da montagem original

Na montagem original, embora se tenha a mesma foto ou imagem empírica – com nuances como recorte ou intensidade da cor em algumas repetições –, não é a mesma imagem leitura, o mesmo texto, de acordo com a perspectiva que adotamos aqui. Nesse sentido, argumentamos que essa mesma foto significará, já *de per se*, diferentemente em um jornal americano, europeu ou líbio (significação que será administrada pela manchete com que será “apresentada”/produzida em cada veículo). Ou seja, se a imagem empírica é a mesma, nunca é (exatamente) o mesmo texto: é sempre uma mesma diferente imagem.

Dessarte, parece-nos apropriado tecer alguma aproximação entre essa repetição *ad nauseam* de uma foto da Agência Reuters e os conceitos de repetição e de relação parafrástica/polissêmica (ORLANDI, 1999). Quanto à primeira aproximação, cremos suficiente considerar que, sendo a mesma fotografia, temos uma repetição que tende à mnemônica. Valemo-nos do verbo *tender* e não do verbo *ser*, uma vez que, embora notória a manutenção da(s) características da) foto original, há em um ou outro veículo de comunicação pequenas alterações, como a intensidade da cor, por exemplo.

Se, no que tange ao conceito de repetição mnemônica, parece-nos seguro associá-lo ao nosso objeto analítico, o que temos quanto às relações parafrástica ou polissêmicas de sentido nos oferece diferente resposta. Isso porque não nos é possível, sem recorrer ao interdiscurso, definirmos *a priori* que relação – parafrástica ou polissêmica – cada textualização da foto estabelece com a original. Isso torna nosso problema teórico-analítico deveras mais interessante.

Nesse ponto, parece-nos desfazer-se uma possível improdutividade da distinção imagem empírica/imagem leitura. Avulta-se-nos aqui justamente a diferença entre a imagem empírica (e, por extensão, o nível de sua formulação visual) e a imagem como a produção de uma leitura, o processo de significação que textualiza um objeto concreto de uma troca social justamente porque o historiciza.

Isso posto, temos um interessante – e contraditório, em termos discursivos – processo de (des)constituição de uma mesma imagem. Ora temos a reprodução de uma mesma imagem empírica (fotografia), que constitui a materialidade de um processo de difusão de informações na imprensa mundial hodierna (sobre o que pretendemos adiante tecer considerações) e que permite o estabelecimento de relações de intertextualidade; ora temos essa mesma fotografia produzindo imagens (como leitura) a partir de diferentes posições ideológicas e, por isso, significando diferentemente: desde como registro jornalístico (por oposição ou aliança a denúncia/sensacionalismo etc.) até como ato medida necessária (por oposição ou aliança a retaliação/intervencionismo/abuso de poder militar etc.).

Não obstante, se essa imagem (seja empírica, seja leitura) não constitui acontecimento discursivo (visto que não instaura ruptura ou uma nova discursividade), o acontecimento enunciativo⁵ que a produziu (e que disciplina, sob o efeito-texto, valores do campo jornalístico, como veracidade, credibilidade, registro) suporta relações de sentido que tendem à paráfrase. Isso porque, se a imagem leitura como produto de diferentes processos de produção de sentidos é radicalmente um objeto material contraditório (uma mesma imagem empírica suportando a produção de diferentes imagens leituras), as condições de produção desse ato enunciativo que é estampar uma foto de uma agência internacional em diferentes veículos de mídia apontam para algo comum: a relação entre a produção/circulação de um registro jornalístico (e toda a sorte de questões que aqui seriam pertinentes: a necessidade do registro e os valores do discurso jornalístico) e a produção de sua leitura *a posteriori* ou, nos termos que ousamos preferir: a sua produção como *evidência*. Para tanto, necessitaremos incursionar sobre o circuito das notícias de alcance global.

⁵ Considera-se, neste trabalho, “acontecimento enunciativo” como sendo da ordem da enunciação, caracterizando-se pelo funcionamento de modos específicos de dizer, dada a configuração dos elementos que aí operam: espacialidade, temporalidade e subjetividade.

A produção de informação na atualidade demanda altos custos. Isso porque, em um mundo globalizado, acontecimentos locais não raro ganham proporções muito maiores de acordo com os interesses dos protagonistas mundiais, governamentais e/ou financeiros, na região. Assim sendo, seja por preocupação humanitária, seja por preocupações menos altruístas (por exemplo, com o preço dos produtos e serviços que consome), o interesse do público leitor/telespectador é despertado para questões muito além das fronteiras nacionais.

Para atender a esse público e para diferenciar-se nesse ponto da concorrência, ter uma equipe de reportagem in loco pode ter impacto substancial na manutenção ou conquista de público. No entanto, a formação e o envio de equipes (muitas vezes, altamente qualificadas e bem remuneradas) a diferentes países é uma operação comercial custosa, mesmo aos grandes veículos midiáticos. Nesse ponto, a compra de material das agências internacionais de notícias, como a Reuters, torna-se uma vantajosa relação de custo-benefício a ambos os lados. Tal condição responde, em parte, pelos superlativos números das agências internacionais, em especial a Reuters, com seus 50 mil colaboradores e mais de 300 escritórios em 143 países⁶.

Para as produtoras de informação, estabelece-se um *core business* que prescinde de investimentos maiores em divulgação e em diversificação de conteúdo. Para os veículos compradores dessa informação, torna-se mais barato pagar por conteúdo internacional do que manter equipes permanentes no exterior, prescindindo de arcar com custos que vão desde deslocamentos, diárias e passagens até indenizações trabalhistas. Segundo Natali, “Mesmo redes mundiais de informação por televisão, como a CNN e a BBC, utilizam os serviços das agências para o registro de acontecimentos em locais nos quais não tenham equipes próprias” (2009, p. 48)

Terceirizar a produção de conteúdo permite uma espécie de hiperespecialização que não apenas reduz custos, mas também permite

⁶ Disponível em: < <http://maxpartner.com.br/nossos-negocios/thomson-reuters/>> Acesso em: 11 jan. 2013.

competir com a divulgação de notícias pela concorrência (inclusive aos veículos menores). Para Aguiar (2008), as condições de produção das notícias são típicas

do modo de produção industrial, por várias características análogas à das indústrias de bens materiais: produção em larga escala, ininterrupta, visando ao amplo mercado consumidor. Mais que isso, pode-se arriscar a dizer que este processo é não apenas industrial, como especificamente fordista, já que tende a homogeneizar quaisquer informações para todo o mundo (p.27, grifo nosso).

Pela memória discursiva de *fordista*, pensamos poder traçar o liame entre as condições de produção de conteúdo jornalístico e não apenas a hiperespecialização (por nós suprarreferida), mas também o conceito de alienação, nos termos marxianos. O sujeito jornalista aliena-se do seu trabalho à medida que o seu testemunho, a sua redação ou fotografia é devidamente pasteurizada (em outras palavras, tratada da sepsia da cor local) na operação de adequar-se ao portfólio de conteúdos de grandes agências que, por serem internacionais, os disciplinam sob um manto de aparente neutralidade que supostamente os torna *vendáveis* a veículos de diferentes países e orientações ideológicas.

Por sua vez, ainda que decorrente da alienação do trabalhador da informação em relação ao produto do seu trabalho, a consequência não é menos nefasta ao sujeito que consome as notícias, produzindo significação a partir delas. Isso porque, conforme Ramonet, a informação que recebemos tornou-se

de verdade e antes de tudo uma mercadoria. Não possui mais valor específico, ligado, por exemplo, à verdade ou à sua eficácia cívica. Enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis do mercado, da oferta e da demanda, em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas sim, ser as suas (RAMONET, 2007, p.60, grifo nosso).

Alienada dos sujeitos que a produzem e abdicada de seguir regras cívicas/éticas ou mesmo de servir de ferramenta de resistência dos sujeitos que a recebem como objeto social, essa informação assepsia-se do sujeito à exata

medida que vem materializada por condições de sua produção que a tornam mera mercadoria. Nesse sentido, a produção do fato jornalístico bem como sua modalização atende a esse círculo vicioso de não emancipação histórica, o que nos parece bem apontado por Natali, quando aponta que muito do que é percebido

no futuro como de capital importância histórica é diariamente [deixado] de lado. E, ao mesmo tempo, certos temas sem importância histórica nenhuma acabam virando notícia porque interpelam a mitologia do nosso mundo cotidiano. (NATALI, p. 12)

Igualmente, parece-nos facilmente explicável um episódio de quase ubíqua reprodução da foto de uma agência internacional, cuja explicação parte da lógica de produção-comercialização-circulação dos conteúdos noticiosos em um mercado fortemente concentrado. Restam afinal implicadas – por essa lógica mercantilista da venda de material jornalístico por agências internacionais (frise-se: poucas e irmãs) a veículos nacionais de mídia (e com isso a reprodutibilidade dos objetos concretos de troca social no ramo jornalístico) – as condições primeiras de intertextualidade que disciplinam, a partir de um único objeto concreto, a circulação de um discurso.

No entanto, para o que importa à discussão que constitui aqui nosso objeto, resta o que falha, o que solapa o par universalidade/neutralidade desse objeto empírico, o que é rastro da materialidade da diferença ideológica em uma mesma foto. Imbricada no processo histórico de produção de significação, a falha ideológica funciona pela instauração de pontos maiores ou menores de ruptura, na textualização (polissemicamente, tanto quanto possível) do objeto primevo, fundado sob a égide do mero registro factual. Se, como diz Mariani (1999, p. 103), “a fotografia organiza o flagrante”, ousamos dizer que a falha desorganiza, desconstrói o registro.

Assim, em uma ponta do processo social, há uma injunção à estabilização de sentidos pela administração primeira da foto como registro, como evidência de um acontecimento jornalístico. Já na outra ponta, o que temos é tal *evidência* servindo a discursos antagônicos; ou em termos mais fiéis e mais precisos: o mesmo objeto empírico suportando a produção de diferentes evidências a partir do entrecruzamento de formações discursivas diferentes.

Embora tal fenômeno de significação possa soar estranho aos extramuros, é perfeitamente coerente com os princípios da AD, para a qual

...o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. (ORLANDI, 1999, p. 36).

O que nos parece ocorrer – e que se encontra na base dos processos de leitura contraditórios entre si – é a tensão dos sentidos que se movimentam na imagem leitura e que reivindicam, a partir da base material que os produz, a imagem empírica como seu suporte de textualização. Nesse ínterim, as diferentes imagens produzidas por diferentes discursos e feitas circular em diferentes veículos de comunicação, malgrado historicizem a mesma fotografia, se, de um lado materializam um mesmo processo (o processo trinômico da produção-comercialização-circulação de registros jornalísticos), de outro, estabelecem entre si relações ora parafrásticas, ora polissêmicas.

Depondo contra uma apregoada transparência da imagem (ou do sentido), vemos em ação sua objetividade material contraditória. Para efeito expositivo, podemos conjecturar facilmente três emergências de sentidos: (i) a mesma fotografia produzindo significações parafrásticas em veículos dos países da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e (ii) outras significações parafrásticas em países *adversários* ao alinhamento Estados Unidos-Europa ocidental, assim como (iii) estabelecendo relações polissêmicas, na disputa de sentidos (por exemplo, a leitura do *fato*), entre as imagens de um e as de outro grupo.

Do processo de leitura às considerações finais

Nosso objetivo foi o de discutir o estatuto de imagem em Análise de Discurso a partir do que discutíamos em Quevedo (2012). Se nos parece essencial entendermos que os princípios e procedimentos da teoria não podem ser preteridos por uma concepção de leitura como decodificação/recepção de um sentido, também nos parece essencial assumir radicalmente que o conceito de texto, mormente o de texto visual, não tenha, no interior dos estudos em AD, reverberações de uma posição neopositivista que pressuponha uma condição de legibilidade que apele à transparência.

Empreendendo uma leitura do texto enquanto processo de textualização (não de reconhecimento), não perdemos o caráter propriamente discursivo do trabalho analítico. Ao discernirmos o objeto de uma troca social (no caso uma foto) de um objeto de discurso (cuja evidência é tecida no entrecruzamento de memórias), o gesto de leitura supõe um olhar que vá para bem além da superfície do texto. O gesto de leitura será uma produção historicizada, bem como o texto o é.

A deliberada ausência da análise da administração de leitura da imagem pela manchete produz, justamente nesse vácuo analítico, a certeza de uma impossibilidade: não há como definirmos a relação (parafrástica ou polissêmica) das reproduções da foto original nos jornais com cada uma de suas outras formulações, apenas analisando-as *de per se*, sem o interdiscurso em que se situam.

É menos na recorrência de uma mesma foto (talvez inútil, se pensarmos que provavelmente a isso não ateríamos, se não fôssemos informados pela agência, dado o Niágara de informações que nos inunda todos os dias) e mais no excesso alertado dessa recorrência que nos baseamos para reconstruirmos o processo discursivo em que esse fenômeno significa.

Seguindo as pistas do excesso e do estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2009), pensamos poder ter percebido o processo discursivo subjacente, em que a lógica empresarial de circulação de informação denega, embora não logre

deter, os deslizamentos de sentidos. É justamente no, ou pelo, excesso, que a ubiquidade do produto social concreto (peça de efeitos de sentidos) entrecruza e denuncia a opacidade dos processos históricos de significação. A materialidade desse excesso verifica-se no estranhamento do uso de um produto de registro por veículos de mídia que enunciam a partir de posições-sujeito muitas vezes antípodas entre si.

É a partir dessa produtiva pista que o analista pode, na construção do seu arquivo, restaurar o que Pêcheux (1982) definia como o espaço polêmico das diferentes maneiras de ler (ver). Nesse trabalho analítico, pensamos estar convocado o lugar não apenas do sujeito histórico de um discurso – que se vale de um dispositivo ideológico de interpretação (ORLANDI, 1999) –, mas também o do próprio analista – que se vale de um dispositivo teórico.

Embora analise a partir de um dispositivo teórico, o analista não prescinde de ser também um sujeito histórico, um sujeito de outros discursos que não apenas o da teoria, e, portanto, filiado a outros processos de produção de sentidos. Assim, pensamos que, somente ao reconhecer esse lugar histórico que ele ocupa (em detrimento de outros tantos), o analista poderá produzir um gesto de interpretação que ultrapasse a mera leitura do teor das relações (parafrásticas e/ou polissêmicas) entre as diversas (re)formulações visuais da foto em tela; distinções que não constituíram nosso objeto tanto quanto não constituiui nosso objeto a materialidade do fato retratado pela fotografia.

Por fim, retomamos Serrani, para quem

há paráfrase quando podemos estabelecer ante as unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. A meu ver, *a noção de ressonância permite incluir, na própria conceituação de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém...* (1993, p.47, grifo nosso).

Valendo-nos de que ao analista também a polissemia precise “ressoar” – ou, em outras palavras, de que o dispositivo analítico montado por ele não prescinda de promover os deslizamentos/deslocamentos necessários para desacomodar o jogo de (in)visibilidades –, ousamos dizer que seu trabalho se

apoia em um gesto de sensibilidade. Não a sensibilidade romantizada do pesquisador que busca "a verdade", mas a percepção da condição de ser sensível (tanto ele quanto outrem) às materialidades do sentido. Em outras palavras, perceber a si e ao outro como ser afetado pela história, pela língua e pelo inconsciente. Acaso não passa por aí o trabalho de escuta a que os trabalhos de Freud, Pêcheux e Orlandi se referem?

Referências

AGUIAR, P. (2008). *Jornalismo Internacional em Redes*. In: RIO DE JANEIRO, "Cadernos da Comunicação", vol. 20). Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura do Rio.

ERNST-PEREIRA, Aracy. *A falta, o excesso e o estranhamento*. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>> Acesso em: 12 de junho de 2012.

FONSECA, Rodrigo. *Imagens do compromisso e da realização: que discurso é esse*. Anais Celsul, 2008. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/imagens_do_compromisso.pdf> Acesso em: 12 de junho de 2012.

MARIANI, Bethania. *Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30*. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina L. (org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p 102-121.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1982.

_____. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al.). *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

RAMONET, I. A tirania da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2007.

REUTERS. *Lybia goran and the foto that went around the world*. Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/photo/2011/03/23/libya-goran-and-the-photo-that-went-around-the-world/>> Acesso em: 26 out. 2011.

SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: ed. da Unicamp, 1993.

QUEVEDO, Marchiori Quadrado de. *Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2012. Dissertação (Mestrado em Letras, Curso de Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2012).